

ST: Códigos da Cidade: construções normativas em projetos

O lugar patrimonial e a revitalização portuária

Rodrigo Cury Paraizo

FAU-UFRJ

rparaizo@gmail.com

Resumo

Os projetos urbanos de revitalização portuária coincidem com uma mudança na abordagem patrimonial – num primeiro momento, pela inclusão de áreas residenciais, ou tecidos urbanos tradicionais, como objetos de preservação, tanto em seu próprio direito como entorno de determinados monumentos; e, numa segunda instância, pela inclusão de elementos imateriais como patrimônio.

A representação desses novos objetos, contudo, é mais problemática do que das suas contrapartes monumentais – e, com isso, igualmente problemática se torna a proteção e salvaguarda dos bens que dependem desses aspectos imateriais, já que da dificuldade de descrever decorre a dificuldade de prescrever.

Nesse contexto, é oportuno entender o espaço significado, na sua dupla leitura de território e de lugar, respectivamente espaço institucionalizado e poético. A atribuição de sentido ao espaço é característica não apenas do patrimônio imaterial, mas também dos aspectos imateriais do patrimônio construído. Território e lugar podem contribuir para a gestão patrimonial ao evidenciar as relações sociais envolvidas na valorização dos bens patrimoniais, simultaneamente permitindo que diferentes espacialidades sejam reveladas e seus potenciais conflitos trabalhados de forma clara.

Palavras-chave: lugar; patrimônio; zona portuária.

Abstract

Docklands revitalization projects coincide with a change in heritage policies – at first, the inclusion of residential areas and traditional urban tissues as objects of preservation, either on their own right or as the surroundings of a monument; and also as components of intangible heritage.

The representation of such objects, however, brings a new – and more complicated – set of problems when comparing to traditional monuments, therefore making preservation and protection policies themselves more complex to establish, since difficulties in describing implies difficulties in prescribing.

In this context it is important to understand meaningful space, either as territory or as place, as institutionalized or poetic space. Attributing meaning to space is not exclusive to intangible heritage, but also, for instance, to intangible aspects of built heritage. The concepts of territory and place may contribute to heritage management by highlighting social relationships involved in the valorization of built heritage, while allowing for the different spatialities and their conflicts to be revealed and therefore more easily worked out.

Keywords: place; heritage; docklands.

Introdução

Em um dos capítulos d’*“O Corcunda de Notre Dame”*, Victor Hugo trata, na voz do arqui-diácono Frollo, de um momento de transição na formação da memória coletiva urbana, quando a arquitetura dá lugar à imprensa como principal meio de expressão da comunicação simbólica institucional. Até aquele momento, “não existiu no mundo um pensamento um pouco mais complexo que não se tenha feito edifício, como toda ideia popular e toda lei religiosa possuiu seus monumentos; enfim, o gênero humano nada pensou de importante que não tenha escrito em pedra”¹ (1985:

¹ No original: *“il n’est pas apparu dans le monde une pensée un peu compliquée qui ne se soit faite édifice, que toute idée populaire comme toute loi religieuse a eu ses monuments;*

246). Frolo se ressentia da imortalidade precária do manuscrito, frente à literal solidez da arquitetura, para a perpetuação das ideias.

O romance foi publicado em 1831. No século XX, ficou evidente que a comunicação exercida pela arquitetura nunca foi inerente às suas formas, mas sempre atribuída e aprendida – institucionalizada. Por outro lado, em que pese a instabilidade das letras quando até a impressão se volatiliza, nossa sociedade é cada dia mais dependente das palavras escritas. Códigos civis e de programação, senhas e certidões se alternam na regulação da vida contemporânea como palavras arcanas de heméticos tomos alquímicos e cabalísticos davam vida a golens, transmutavam barro em ouro e garantiam a vida eterna. O patrimônio segue igualmente dependente do texto, quer para estabelecer a sua salvaguarda, quer para difundir as narrativas que o tornam relevante e efetivo do ponto de vista simbólico.

A perda de contato com o “texto” original, dinamicamente ativo, das edificações institucionais, conforme descrita por Victor Hugo, não significou, contudo, que esses textos permaneceriam esquecidos. As atividades de proteção e difusão patrimonial lograram importância suficiente para, mais recentemente, encampar mesmo edificações anteriormente consideradas de menor importância, como tecidos urbanos residenciais.

No entanto, a multiplicação de possíveis objetos de preservação deve ser apoiada pela reflexão acerca dos objetivos dessa preservação. A gestão patrimonial tem um sentido de gerenciamento de recursos: determinar quais valores devem ser privilegiados e quais podem ser transformados em novas situações urbanas.

Objetos patrimoniais

O conceito de patrimônio urbano é fundado a partir das noções de monumento e dos movimentos de preservação urbana dos séculos XIX e XX (CHOAY, 2001). Esses movimentos, por sua vez, complementavam as renovações urbanas que acompanharam a modernidade, destruindo tecidos tradicionais: existindo a categoria do que merece ser preservado, o resto

que le genre humain enfin n'a rien pensé d'important qu'il ne l'ait écrit en pierre. [tradução nossa]

pertence automaticamente à categoria do dispensável. Nesse momento, a cidade passa a causar estranhamento aos seus habitantes; a escala urbana já não lhes pertence, e ela necessita de mediações mais complexas para ser lida. O mesmo se passa com os monumentos, que necessitam da mediação e da referenciação para existirem como monumentos históricos e artísticos, deixando de responder de forma imediata à função memorial da coletividade.

De acordo com Argan (1993:244), a cidade desde sempre se configurou como sistema de comunicação e de informação, tendo os monumentos não apenas uma função comemorativa, mas também didática. Seria na Renascença, no entanto, o momento em que a cidade deixa de ser lugar de abrigo e torna-se aparato de comunicação, tanto de relações quanto de transmissão de conteúdos urbanos específicos (1993:235), ou na definição mais específica de Riegl (1984), de valores patrimoniais. Essa transformação se deveria ao crescimento da cidade para além de uma “unidade de vizinhança” de referências memoriais comuns, dentro da qual todos se conheciam – e que, além das reformas urbanas, exigiu também a ordenação dos conteúdos, sintetizados em edificações diferenciadas de modo a reafirmar os diferentes poderes urbanos para habitantes que vivenciavam o espaço urbano de formas diversas, como vivências fragmentadas.

Choay (2001:207) mostra que a expansão das políticas de proteção aos monumentos até se tornar, no século XX, a “religião ecumênica do patrimônio edificado”, também chamada indústria do patrimônio – ou indústria da tradição, conforme Urry (1998) –, foi preparada desde o século XIX, mas sofreu vertiginoso crescimento a partir da década de 1960, e tem na Convenção do Patrimônio da Unesco de 1972 seu documento mais importante. A Convenção considera como patrimônio monumentos, conjuntos de construções e sítios (ou lugares notáveis); nos três casos, devem possuir “valor universal excepcional” de acordo com algum critério específico (CURY, 2000:178-179). Universal, e não absoluto; válido para todos os países signatários da Convenção, ao menos, mas não impossível de ser revisto, ou ressignificado. Como ocorreu com a percepção acerca dos tecidos urbanos, comentada por Argan:

Se hoje não mais consideramos significativo de valores histórico-ideológicos apenas o monumento, mas também a casa de moradia ou a oficina artesanal, e, em geral, mais o tecido do que o núcleo representativo, isso se deve sem dúvida ao fato de que o tipo de sociedade coletivista de nosso tempo se recusa a reconhecer como expressão de história apenas as formas expressivas das grandes instituições. (1993, p.77)

Argan comenta ainda como as próprias atividades de conservação e gestão do patrimônio cultural são características de nossos tempos, aliás: “Se conservamos esses monumentos, o fazemos porque é uma exigência da *nossa* cultura, tanto assim que atribuímos a eles um significado completamente diferente daquele para o qual foram construídos” (1993:226).

De acordo com Hartmut Frank (TSIOMIS et al., 1998:93), um monumento não existe em si, mas depende da denominação, de alguém que o reconheça como monumento; esse reconhecimento está ligado, entre outras coisas, às histórias conhecidas a respeito do objeto patrimonial. Segundo essa visão, “patrimônio” como qualificação do edifício é uma construção do sujeito. Ou seja, essa característica não é intrínseca ao objeto edificado, mas é externamente acrescida e será dependente das informações que se tem a respeito dele. Riegl (1984) corrobora essa visão, quando considera que é a atribuição moderna e atualizada de valores e significados a responsável pela rememoração associada aos monumentos. Assinala ainda que os conceitos representados pelo patrimônio sofrem mudanças em decorrência do tempo e das sociedades em que se encontram. Como diz Rossi (1995, p.252), “Quem, em última instância, escolhe a imagem de uma cidade? A própria cidade, mas sempre e somente através de suas instituições políticas.”

No Brasil, pela definição do anteprojeto para a criação Serviço de Patrimônio Artístico e Nacional, elaborado por Mario de Andrade em 1936, a propriedade é a base da coleção patrimonial. Apesar de subordinar a patrimonialização das obras aos livros de tombamento, o que de certa forma concorda com a necessidade de nomeação para determinação do que é patrimônio, pressupõe que a qualidade patrimonial é intrínseca aos objetos – apenas assumindo que eles podem ainda não ter sido conhecidos (ou descobertos) como tal, e, portanto, ainda não inscritos .

Outra característica do anteprojeto de Mário de Andrade é o reconhecimento da cultura ameríndia e popular, com a inclusão do chamado patrimônio imaterial, como, por exemplo, lendas, magias, medicina e culinária.

Antecipa-se nesse sentido à “Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular” da UNESCO, firmada em 1989, em Paris. No entanto, esses princípios só foram realmente aplicados, no Brasil, a partir da década de 1970, com a presença de Aluísio Magalhães no SPHAN (GONÇALVES, 1996 e NUNES, 2001:98). De um lado, não haveria ainda condições jurídicas, em 1936, na visão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, para criar um instrumento de proteção a esses bens. Por outro, no período do Estado Novo, “a pluralidade por ele [Mário de Andrade] identificada na cultura brasileira ia de encontro ao projeto de unidade nacional do governo” (NUNES, 2001:98).

Os discursos – brasileiros, ao menos – sobre o patrimônio estão permeados pela retórica da perda (GONÇALVES, 1996:22-23), que pressupõe a existência de um todo, imaginariamente coeso, constantemente ameaçado de desaparecimento; e que serve de fundamento e legitimação para as diversas práticas patrimoniais. Essa associação entre patrimônio e perda, no entanto, não é fortuita. O Brasil, mesmo sendo um país jovem, já assistiu a grandes transformações urbanas em curtos períodos: o Rio de Janeiro, por exemplo, conta com a demolição do Morro do Castelo, e a abertura das avenidas Central e Presidente Vargas entre essas mudanças.

É interessante notar que muitas das atuais “reservas patrimoniais”, como cidades coloniais e tecidos urbanos tradicionais, no Brasil, são decorrência de uma forte estagnação econômica local. Sem dinheiro para continuar mudando, determinados trechos urbanos e cidades inteiras foram paradoxalmente preservados pela própria decadência.

Espaços significados

Ward (1998:193-194) relata que, nos processos de regeneração de centros urbanos aos quais assistimos durante as décadas de 1980 e 1990, foi comum a todos a promoção do turismo através do desenvolvimento e recuperação de atrações culturais, como museus e galerias de arte, bem como por meio de convenções de negócios e eventos esportivos. Nesses processos, a reutilização, a renovação e a

recuperação de tecidos urbanos antigos são parte quase indispensável de sua gramática. A mercantilização do patrimônio foi uma estratégia muito utilizada de promoção de lugares baseada na forma urbana, através da reforma, restauro e reuso de edificações antigas. Dentro da lógica dessas intervenções, a importância do patrimônio urbano residiria na facilidade de torná-lo imagem, e, assim, introduzi-lo nas comunicações de promoção da cidade.

Jeudy (2005:27) lembra que o patrimônio passou a primeiro plano como estratégia de projeto a partir das profundas mudanças no modo de produção industrial levadas a cabo durante os anos 1980. O patrimônio serviu como catalisador de consensos para projetos urbanos, mobilizando a defesa de identidades coletivas ameaçadas de desaparecimento pelas transformações sociais e econômicas.

No caso específico das zonas portuárias, a containerização do transporte marítimo fez com que os requisitos de funcionamento dessas regiões mudassem, deixando muitas delas obsoletas. Além delas, as áreas de retroporto – residências e serviços associados ao transporte portuário tradicional – conheceram a decadência econômica. A incorporação de tecidos urbanos aos elementos de preservação levou a mudanças também nos modos de preservar. Não se trata apenas da noção de patrimônio imaterial, mas de aspectos materiais do patrimônio material. Afinal, um tecido urbano a ser preservado não é composto somente por uma unidade de formas; é preciso que mantenha sua dinâmica, sua vitalidade, suas narrativas, e que continue, portanto, a ser um lugar.

Em geral, lugar é considerado como uma porção limitada e diferenciada do espaço, como se o espaço estivesse em toda a parte e se transformasse em lugar em alguns pontos específicos. Tuan considera que o espaço, tornado familiar ao adquirir definição e sentido, se torna lugar (2007:73, 136). Godin e Múhlethaler (2005:36) propõem que o lugar é um espaço inscrito, qualificado e valorizado, sendo para o espaço aquilo que a duração é para o tempo.

Unwin (2003:25) entende que o lugar é parte fundamental da arquitetura. Afirma que a arquitetura é a identificação de lugares, definindo “lugar” a partir da configuração de elementos arquitetônicos que oferece possibilidades de acomodar objetos, pessoas, ações ou mesmo sentimentos. A identificação do lugar não emana simplesmente dos objetos arquitetônicos, dependendo igualmente de um observador

devidamente habilitado para interpretá-lo como tal. Considera Unwin (2003:74) ainda que um lugar não apenas possui múltiplas interpretações, mas que lugares podem se sobrepor fisicamente, de acordo com diferentes momentos ou segundo diferentes intérpretes: a mesma praça pode ser estacionamento, palco para performances ou local de reunião cívica.

Lugar é definido também pelas possibilidades de ação do indivíduo. Gregotti (2004:110-111) nota que um determinado espaço, do ponto de vista da arquitetura, é definido pelo conjunto de ações possíveis e eventualmente desejáveis naquele espaço. De modo análogo, Merleau-Ponty (2006:297) aponta que o “lugar” fenomenológico é definido pelas tarefas que o corpo deve executar, por um sistema de ações possíveis. Vesely (2004:74-86), por outro lado, considera o “movimento comunicativo”, o movimento corporal tomado como elemento expressivo, como elemento fundamental do quadro de referências que caracteriza um espaço.

Lugar é uma atribuição e, em última análise, qualquer parte de um espaço pode ser assim designada, uma vez que as atribuições de sentido e uso estão enraizadas no julgamento individual. Duarte define lugar como:

(...) uma porção do espaço onde um grupo de pessoas ou um indivíduo sedimentam seus valores culturais de modo a depositar nele suas referências, sem que, no entanto, tais valores sejam a ordem materializada de suas vidas ou de outros que aí se encontrem, mas sirvam como sua identificação no espaço. (2002:46).

O lugar deve ser sempre relacionado a uma pessoa ou grupo. Como em qualquer mensagem imbuída de sentido, precisa ser enunciado por alguém, e deve ser situado num contexto. Identificar um lugar inclui também saber por que e para quem determinado espaço é um lugar, lembrando que esses valores e significados mudam não apenas de pessoa para pessoa, mas também com o tempo.

Por outro lado, o lugar é uma percepção individual – ainda que possa ser coletivamente compartilhada. Um território é um espaço institucionalizado, ou, na definição de Duarte (2002:46), “uma porção codificada do espaço”. Nele, o sentido é imposto por meio de um conjunto de regras, as quais é necessário se submeter – ainda que por sugestão de recurso à violência– para que o território possa ter efeito. O território tem como função principal mediar a relação com o Outro.

Segundo Roncayolo, a articulação do apego ao solo e das relações internas do grupo social no território acontece em duas instâncias: uma é a estrutura de produção da economia e as condições sociais, técnicas e econômicas que induzem o modo de exploração do espaço; a outra é o controle social e suas respectivas técnicas, a estrutura social da comunidade e como ela se relaciona com outras comunidades. Tornando visível por habitações e edifícios públicos, o território compreende ainda tradições e leis municipais, laços sociais e redes de decisão (2005:197).

A escrita do lugar patrimonial

A arquitetura lida com a delimitação de territórios, ainda que possa induzir sentidos e atribuições de valores. A criação de um lugar por meio de um projeto urbano, por exemplo, pode ser, quando muito, sugerida. Levar em conta as singularidades do espaço pode ajudar no processo, mas sua indução, característica do território, não muda o fato que a atribuição do lugar é feita pelo usuário. A indução de valores, de certa forma, implica a possibilidade de um sentido original que pode ser interpretado como mais correto que outros. Por outro lado, sabemos que cada pessoa atribui significados aos lugares por conta própria, com grande liberdade de interpretação. No entanto, esses significados apenas estão sujeitos à valorização e comparação quando se tornam públicos, ou seja, quando se submetem ao campo político de embate das ideias.

Ainda assim, o arquiteto deve sempre ser cuidadoso com os significados manipulados, devendo estar consciente sobre por quem esses significados são atribuídos, já que é bastante comum haver significados diferentes e mesmo conflitantes para um mesmo espaço. No momento de tomada de decisões sobre as políticas que envolvem esses lugares, trata-se uma questão territorial, pois os diversos atores e suas intenções devem ser identificados para que o gerenciamento de recursos possa ser negociado. Com isso em mente, é possível considerar algumas interpretações melhores que outras, caso elas se dirijam aos significados atribuídos por um grupo determinado que se queira privilegiar ou não.

O patrimônio lida com um problema da mesma natureza, baseado na escolha daquilo que deve ser considerado merecedor de preservação, uma vez que qualquer

objeto pode ser considerado testemunha potencial do passado. A solução deriva do próprio problema básico da atividade patrimonial: em se tratando da alocação de recursos, é o caso de se tratar os objetos patrimoniais como recursos (de ordem simbólica), com seus valores relativos determinando o tipo de política de preservação para cada um. Essa abordagem assume que um objeto dessa natureza pode ser comparado a outros, ou seja, que qualquer objeto pode ser avaliado como patrimônio, mas que alguns são mais valiosos como tal do que outros.

A legislação é uma das formas de representação da cidade, e, por extensão, do projeto urbano. À parte as dificuldades usuais de transcrição das intenções de projeto na forma da lei, resta o problema fundamental de representação do lugar, tanto para o urbanismo quanto para o direito. Prescrever, ou codificar, a incorporação de sentidos e ações potenciais a um espaço é uma atividade delicada, eminentemente restritiva, que atinge em especial a espontaneidade poética característica da criação de lugares. Trata-se, afinal, de utilizar instrumentos eminentemente territoriais, prescritivos e limitantes, para escrever o lugar.

Esse processo pode ser abordado, de modo mais produtivo, como a criação de regras de um jogo. Com efeito, Huizinga (2007) e Caillois (1967) sugerem que o jogo está não apenas nas origens, mas na base atual de nossa sociedade, de modo que as regras permitem disputas minimamente equiparadas entre diferentes atores. é possível reconhecer o jogo como componente presente nos rituais, nas artes e na cultura, de um modo geral, pelo qual a participação – mesmo como espectador – cria relações lúdicas de envolvimento fortes o suficiente para, no caso da espécie humana (posto que os animais também brincam e jogam), serem geradoras de sentido. O espaço de jogo é um espaço à parte – como o espaço sagrado, ele está fora da vida cotidiana. As edificações patrimoniais, por sua vez, constituem elas próprias espaços à parte da vida cotidiana, nos quais determinadas regras precisam ser observadas para que a transmissão de valores e a ligação emocional seja efetuada.

Pelo jogo, determinado espaço se transforma em campo de possíveis – não de todas as possibilidades, mas daquelas contidas no jogo. Por um lado, a liberdade individual precisa existir dentro das regras – na verdade, são as regras que as garantem. Por outro, o desafio aberto às regras institucionais sinaliza mais frequentemente o choque entre sistemas de regras do que a abolição completa das mesmas. A instituição das regras limita as possibilidades, mas permite as jogadas, o

que torna cada partida diferente. Nos interstícios das regras territoriais se estabelecem os lugares poéticos das jogadas individuais, que dão vida a cada partida e permitem reconhecer jogadores inventivos. Cabe aos legisladores, arquitetos e urbanistas instituir territórios, que se tornarão lugares de acordo com os desejos e possibilidades de cada usuário.

O patrimônio cultural tem um papel importante em nossa sociedade, como conjunto valioso de objetos sociais que ajudam a promover a coesão social pelo recurso à memória coletiva. É usado para transmitir valores sociais que auxiliam a criar essa coesão e a estabelecer identidades. De acordo com Freire: “Preservar significa, antes de tudo, reapropriar-se, resgatar um sentido, às vezes ininteligível, que nos amarra ao mundo, um fio de Ariadne no labirinto” (1997:304).

Agradecimentos

O autor gostaria de agradecer aos professores José Ripper Kós e Rosangela Lunardelli Cavallazzi, do PROURB/FAU-UFRJ, e Johan Verbeke, da Sint-Lucas Hogeschool voor Wetenschap en Kunst, orientadores da tese de doutorado “Patrimônio virtual: representação de aspectos culturais do espaço urbano”, e Denise Pinheiro Machado e Rachel Coutinho, também do PROURB, orientadoras da dissertação de mestrado “A representação do patrimônio urbano em hiperdocumentos: um estudo sobre o Palácio Monroe”, das quais deriva este trabalho, bem como às bolsas da CAPES e do CNPq em diferentes momentos de ambos. Finalmente, gostaria de mencionar o suporte do Laboratório de Análise Urbana e Representação Digital (LAURD-PROURB/FAU-UFRJ), coordenado pelo professor Roberto Segre, e o grupo de pesquisa “Direito e Urbanismo”, coordenado pela professora Rosangela Lunardelli Cavallazzi, pelos ambientes de desenvolvimento e discussão da pesquisa.

Referências

- ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- CAILLOIS, R. **Les jeux et les hommes: le masque et le vertige**. Paris: Gallimard, 1967.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.
- CURY, I. (ED.). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

- DUARTE, F. **Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura**. São Paulo: Perspectiva / FAPESP, 2002.
- FREIRE, C. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: SESC / Annablume, 1997.
- GODIN, C.; MÜHLETHALER, L. **Édifier: la architecture et le lieu**. LaGrasse: Verdier, 2005.
- GONÇALVES, J. R. D. S. **A retórica da perda : os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- GREGOTTI, V. **Território da arquitetura**. 3rd ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- HUGO, V. **Notre-Dame de Paris**. Paris: Gallimard, 1985.
- HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. 5th ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- JEUDY, H. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- MERLEAU-PONTY, M. **Phénoménologie de la perception**. Paris: Gallimard, 2006.
- NUNES, C. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: H. Boumeny (Ed.); **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. p.85-102, 2001. Rio de Janeiro: FGV / Univ. São Francisco.
- RIEGL, A. **Le culte moderne des monuments: son essence et sa genèse**. Paris: Éditions du Seuil, 1984.
- RONCAYOLO, M. **La ville et ses territoires**. Paris: Gallimard, 2005.
- ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- TSIOMIS, Y.; VIOLEAU, J.; MANTZIARAS, P. **Ville-cité: des patrimoines européens**. Paris: Picard, 1998.
- TUAN, Y. **Space and place: the perspective of experience**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.
- UNWIN, S. **Analysing Architecture**. 2nd ed. Londres: Routledge, 2003.
- URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 2nd ed. São Paulo: Studio Nobel / SESC, 1999.
- VESELY, D. **Architecture in the age of divided representation: the question of creativity in the shadow of production**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2004.
- WARD, S. **Selling Places: The Marketing and Promotion of Towns and Cities 1850-2000**. Londres: Routledge, 1998.